

 Direcção de História e Cultura Militar	Norma de Autoridade Técnica NAT 06.01	EXEMPLAR Nº _____
		Página 1 de 4 págs
		05DEC2017
TÍTULO: 06 - ACESSO AOS DOCUMENTOS DO EXÉRCITO		
ASSUNTO: Acesso aos documentos		
Referências:		

1. **FINALIDADE**

Definir e estabelecer normas de acesso aos documentos.

2. **GENERALIDADES**

- a. Os documentos devem ser colocados à disposição dos interessados, assim que as questões de segurança nacional e de protecção à vida privada o permitam.
- b. Um programa de acesso à documentação pressupõe: a eliminação de toda a contradição entre direito público à informação e o direito do indivíduo à protecção da sua vida privada, bem como a elaboração de instrumentos de descrição de acordo com a proveniência, organização e conteúdo dos arquivos.
- c. O Arquivo Geral do Exército e o Arquivo Histórico Militar podem adoptar normas internas que regulem o acesso público aos documentos que constituem o seu acervo, sem prejuízo do regime de acesso aos documentos da administração.
- d. No caso de documentos com classificação de segurança é necessário ter em conta a regulamentação específica e a interdição ao acesso a esses documentos por um período adequado.

3. **ACESSIBILIDADE**

Disponibilidade dos documentos para consulta em consequência da sua comunicabilidade e da existência de instrumentos de descrição documental.

4. **ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS DO EXÉRCITO**

- a. Nos arquivos primários das U/E/O têm acesso aos documentos militares, para consulta de trabalho:
 - (1) O Comandante, Director ou Chefe da U/E/O;
 - (2) Militares ou civis, que prestem serviço nas U/E/O detentoras de arquivos correntes e cuja actividade se relacione com a informação contida nos documentos em causa;

Direcção de História e Cultura Militar	NAT 06.01	Página 2 de 4 págs
--	-----------	--------------------

- (3) Outros militares ou civis do Exército, quando em funções de inspecção sancionada por órgão competente ou quando autorizadas pelo Comandante, Director ou Chefe da U/E/O detentora do arquivo corrente, de acordo com justificado interesse de serviço.
 - (4) Também, pessoas estranhas ao Exército, quando autorizadas pelo General CEME, mediante requerimento, de acordo com as normas de consulta determinadas caso a caso.
- b.** No Arquivo Geral do Exército têm acesso aos documentos aí depositados:
- (1) O pessoal do Arquivo Geral do Exército;
 - (2) Militares ou civis que prestem serviço nas U/E/O depositárias desses documentos, mediante apresentação de credencial passada pelo respectivo Comandante, Director ou Chefe, de acordo com as normas de consulta fixada pelo Arquivo Geral do Exército;
 - (3) Outros militares ou civis do Exército, quando em funções de inspecção sancionada por órgão competente ou quando autorizadas pelo Comandante, Director ou Chefe da U/E/O depositárias desses documentos, mediante apresentação de credencial passada pela entidade autorizadora, de acordo com as normas de consulta fixada pelo Arquivo Geral do Exército;
 - (4) Pessoas estranhas ao Exército, quando autorizadas pelo General CEME, mediante requerimento, de acordo com as normas de consulta fixadas pelo Arquivo Geral do Exército.

5. ACESSO AOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO EXÉRCITO

- a.** O acesso público aos documentos históricos do Exército é feito no Arquivo Histórico Militar, para fins de investigação histórica, de acordo com a lei geral e as normas internas em vigor nesse Arquivo.
- b.** Os documentos relativos a determinados dados pessoais previstos na lei só são livremente comunicáveis quando decorridos 50 anos após a data da morte da pessoa a que respeitem os dados, ou 75 anos sobre a data dos documentos, no caso de dúvida ou desconhecimento da data de falecimento.
- c.** Determinados dados relativos a pessoas colectivas só são comunicáveis decorridos 50 anos sobre a data da extinção da pessoa colectiva, caso a lei não determine prazo mais curto.
- d.** Os documentos de arquivos privados regem-se por regras da propriedade privada embora tendo em atenção algumas restrições sempre que se trate de arquivos com interesse histórico.

Direcção de História e Cultura Militar	NAT 06.01	Página 3 de 4 págs
--	-----------	--------------------

- e. Quando conservados num arquivo público, a sua comunicação/acesso, embora não sendo consignada no regime geral dos arquivos, deve ser efectuada nas mesmas condições dos arquivos públicos independentemente de conservarem o seu estatuto jurídico de arquivo privado salvo se estipularem medidas contrárias no momento da aquisição, doação, etc.

6. REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

- a. A reprodução de documentos é concedida:
- (1) A militares ou civis, em serviço nas próprias U/E/O a que os arquivos pertencem, quando justificada por necessidades de trabalho e para uso exclusivo no âmbito deste;
 - (2) A militares ou civis do Exército quando no desempenho de funções de inspecção autorizada por órgão competente e para inclusão nos relatórios correspondentes;
 - (3) A outros órgãos do Exército ou a serviços oficiais estranhos a este, mediante pedido justificado e formulado por correspondência corrente;
 - (4) A outras pessoas, mediante autorização das entidades a quem o acesso é requerido devendo o pedido de reprodução constar no próprio requerimento.
- b. A reprodução de documentos do Exército, quando solicitada, pode ser autenticada pelo Comandante, Director ou Chefe da U/E/O a que o arquivo pertence, com termo próprio, assinatura e selo branco.
- c. Sempre que solicitado, existe a possibilidade de passagem de certidão pelos serviços do Exército, relativa aos seus documentos, desde que autorizada pelo Comandante, Director ou Chefe da U/E/O a que o arquivo pertence, e com assinatura e selo branco, nos termos da lei em vigor.
- d. No Arquivo Histórico Militar, a reprodução de documentos é efectuada ou requisitada pelos serviços do Arquivo (fotocópias, diapositivos, etc.). A reprodução integral de qualquer processo carece de autorização da Direcção do Arquivo (Cf. regulamento interno do AHM).

7. LEGISLAÇÃO

- a. SEGNAC 1 (Segurança de Matérias Classificadas).
- b. SEGNAC 4 (Segurança Informática).
- c. Lei 10/91, de 29 de Abril (Protecção de dados pessoais face à informática).
- d. Decreto-Lei 16/93, de 23 de Janeiro (Regime geral dos Arquivos).
- e. Lei 65/93, de 26 de Agosto (Acesso aos documentos da Administração Pública).
- f. Lei 6/94, de 6 de Abril (Regime de segredo de Estado).
- g. Lei 28/94, de 29 de Agosto (Protecção de dados pessoais).

Direcção de História e Cultura Militar	NAT 06.01	Página 4 de 4 págs
--	-----------	--------------------

- h. Lei 8/95, de 29 de Março Comissão de Acesso aos Documentos da Administração (CADA).
- i. Lei 94/99, de 16 de Julho (CADA).
- j. Códigos do âmbito da justiça (Segredo de justiça).
- k. Lei 107/2001, de 8 de Setembro (Protecção e Valorização do Património Documental).

O DIRECTOR DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR

Documento autenticado

Original assinado e arquivado na DHCM/RBA

ANÍBAL ALVES FLAMBÓ

MAJOR-GENERAL